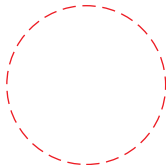


Identificação, ou reconhecimento do apresentante

O conferente



Condições gerais de prestação do serviço de reexpedição de correspondências

1. Prestador
CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.– SOCIEDADE ABERTA, com sede na Av. D. João II, Nº 13, 1999-001 Lisboa, registada na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 077 568, com o capital social de Euros: 75.000.000,00, doravante abreviadamente designada por “CTT”.
2. Objeto
2.1. A prestação pelos CTT do Serviço de Reexpedição de Correspondências rege-se pelas presentes Condições Gerais.
2.2. O Serviço de Reexpedição de Correspondências tem por finalidade permitir ao(s) CLIENTE(S) a reexpedição, para outro endereço, das correspondências que lhe são enviadas.
3. Adesão ao Serviço de Reexpedição
3.1. O serviço de reexpedição poderá ser solicitado em qualquer loja CTT, mediante o preenchimento do Formulário do Pedido de Reexpedição e pagamento da taxa constante do tarifário em vigor pelo CLIENTE.
3.2. A solicitação do serviço de reexpedição implica a aceitação total e sem restrições das presentes Condições Gerais.
3.3. Os CTT reservam-se o direito de validar os dados constantes do Formulário do Pedido de Reexpedição, podendo recusar-se a prestar o serviço caso se verifique que contém incorreções.
4. Reexpedição
4.1. Os CTT procederão à reexpedição das correspondências postais que sejam destinadas ao CLIENTE e que possam ser reexpedidas nos termos das normas e legislação em vigor.
4.2. Execuciam-se do previsto no ponto 4.1. as correspondências em que o remetente o tiver proibido por meio de anotação inscrita junto ao endereço inicial.
4.3. Não é permitida a Reexpedição de Encomendas, correio expresso, Citações Via Postal 2ª Tentativa e Notificações Via Postal Simples. As Citações Via Postal e as Notificações Via Postal podem ser reexpedidas exceto se for para Apartado.
4.4. Nos casos de reexpedição de correspondência para Apartado apenas será reexpedida a correspondência endereçada aos titulares ou utilizadores do mesmo, não podendo o prazo indicado no Formulário do Pedido de Reexpedição ser superior ao período de validade da Requisição do Apartado.
4.5. Consideram-se para efeitos de reexpedição, as correspondências cujo nome do respetivo destinatário coincida com o(s) constante(s) do Formulário do Pedido de Reexpedição.
5. Preço e Pagamento
5.1. A taxa a pagar pelo CLIENTE pela prestação do serviço de reexpedição corresponde ao que estiver fixado no tarifário em vigor em cada momento.
5.2. A taxa é aplicada por períodos de 1 (um) mês, que termina em dia igual do mês seguinte ao da data indicada para início do pedido.
5.3. O CLIENTE poderá obter informações atualizadas sobre a taxa aplicável ao serviço de reexpedição, em qualquer loja CTT ou através dos contactos indicados no ponto 12.
5.4. O pagamento da taxa a que alude o ponto 5.1. será efetuado através dos meios de pagamento disponíveis, na Loja CTT, no momento da requisição.
6. Responsabilidade
6.1. Os CTT apenas são responsáveis pelos prejuízos sofridos pelo CLIENTE em consequência da não reexpedição da correspondência da morada indicada pelo remetente para a morada constante do pedido de reexpedição, quando tais factos lhe sejam imputáveis a título de dolo ou culpa grave e com os limites estabelecidos no ponto 6.2..
6.2. A responsabilidade dos CTT por quaisquer prejuízos comprovadamente sofridos em consequência da não reexpedição de correspondência tem como limite máximo a taxa mensal paga pelo serviço de reexpedição.
6.3. Os CTT não são responsáveis por:
(i) danos causados por culpa do CLIENTE, de outros utilizadores do serviço ou de quaisquer terceiros que não estejam ao serviço dos CTT, ou
(ii) incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações contratuais resultantes de ordens judiciais ou de autoridades administrativas, ou
(iii) incumprimento ou cumprimento defeituoso de obrigações contratuais que resulte da ocorrência de situações de força maior, ou seja, situações de natureza extraordinária ou imprevisível, exteriores aos CTT e que por esta não possam ser controladas e que impeçam ou prejudiquem o cumprimento das suas obrigações.
7. Confidencialidade
As Partes obrigam-se a manter a confidencialidade e a guardar sigilo relativamente a toda e qualquer informação de que tenham tido ou venham a ter conhecimento no âmbito do contrato regulado por estas Condições Gerais, sem prejuízo da divulgação dessa informação na medida em que tal se revelar necessário, tendo em vista o cumprimento das obrigações de qualquer das Partes.
8. Dados pessoais
8.1. Os dados pessoais recolhidos no presente formulário, serão tratados pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. – Sociedade Aberta (“CTT”), enquanto entidade responsável pelo tratamento e são necessários para a execução do serviço de reexpedição, sendo os mesmos conservados pelo período de 18 (dezoito) meses após a cessação da prestação do serviço pelos CTT.
8.2 O CLIENTE é responsável pela veracidade, fidedignidade e atualização dos dados pessoais, para a correta prestação do serviço pelos CTT.
8.3 A falta ou fornecimento incorreto dos dados solicitados inviabiliza a prestação do serviço de reexpedição por parte dos CTT.

Declaro que tomei conhecimento e aceito, nesta data, as Condições Gerais do Serviço de Reexpedição

Data - ano - mês - dia

Assinatura

Instruções

Adesão ao Serviço
Cada pedido de Reexpedição de correspondências está sujeito ao pagamento da taxa constante no tarifário em vigor.
O pedido deve ser apresentado em mão em qualquer Loja CTT.
Todos os campos do formulário são de preenchimento obrigatório, com exceção dos contactos solicitados que podem ser telefone e/ou email.
Aconselha-se que o formulário seja preenchido com letras maiúsculas, evitando situações de erro por falta de legibilidade.
Identificação

- 8.4 Os dados poderão ser comunicados a outros operadores postais para efeitos da execução do serviço por estes quanto às correspondências que sejam expedidas através da sua rede postal, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o Regime Jurídico aplicável à Prestação de Serviços Postais. Os CTT apenas fornecem os dados aos operadores que expressamente os solicitem e não são responsáveis pelo cumprimento, por estes, da reexpedição de correspondências que tenham sido expedidas através das suas redes postais.
- 8.5 A qualquer momento poderá solicitar o acesso, retificação, apagamento, limitação, oposição ao tratamento ou portabilidade dos seus dados devendo, para o efeito, dirigir-se a uma loja CTT ou Posto de Correios.
- 8.6 Caso considere que os CTT não se encontram a tratar licitamente os seus dados, pode apresentar uma reclamação junto da autoridade de proteção de dados competente.
- 8.7 Caso tenha alguma questão sobre a forma como os dados serão tratados, pode contactar o Encarregado de Proteção de Dados para privacidade. cliente@ctt.pt.
- 8.8 Para mais informações consulte a nossa Política de Privacidade em www.ctt.pt, numa loja CTT ou Posto de Correios.
- 8.9. O CLIENTE reconhece que na eventualidade das retificações, alterações e atualizações mencionadas no ponto 8.5. comportarem alterações ao pedido de reexpedição, estas podem inviabilizar a prestação do serviço por parte dos CTT.

9. Reclamações
9.1. Sem prejuízo do recurso aos tribunais e às entidades responsáveis pela defesa e promoção dos direitos dos consumidores, o CLIENTE poderá reclamar perante os CTT de atos ou omissões que considere violadores das presentes Condições Gerais, devendo fazê-lo, no prazo de 30 dias após o conhecimento do facto que deu origem à violação, comprometendo-se os CTT a analisar, salvo situações excecionais, as reclamações e a informar o CLIENTE da sua decisão no mesmo prazo, após a receção da reclamação apresentada.
9.2. O prazo de reclamação previsto no ponto que antecede (9.1.) não poderá exceder os 12 (doze) meses após a data de aceitação da correspondência objeto de reclamação.

10. Resolução
10.1. O incumprimento de qualquer das obrigações emergentes das presentes Condições Gerais, confere aos CTT o direito de resolver o contrato, mediante notificação escrita ao CLIENTE com produção imediata de efeitos.
10.2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os CTT podem em qualquer momento advertir, suspender ou cancelar, temporária ou definitivamente, o contrato se:
a) O CLIENTE deixar de cumprir qualquer obrigação constante destas Condições Gerais;
b) O CLIENTE praticar atos fraudulentos ou ofensivos contra quem quer que seja ou utilize o serviço de reexpedição para fins ilícitos ou de licitude duvidosa;
c) O CLIENTE prestar informações falsas ou incorretas;
d) Existir conflito de qualquer ordem que possa obstar ao cumprimento dos procedimentos em vigor para a entrega de correspondência.

11. Redução
Se qualquer ou quaisquer das cláusulas consignadas nas presentes Condições Gerais vier a ser declarada inválida ou ineficaz por qualquer motivo, as restantes cláusulas manter-se-ão em vigor, vigorando na parte afetada as normas supletivas aplicáveis.

12. Comunicações
12.1. Todas as comunicações dos CTT ao CLIENTE poderão ser efetuadas por qualquer meio ou contacto facultado por este, tais como, endereço postal, telefone e endereço de correio eletrónico.
12.2. Caso o CLIENTE pretenda contactar os CTT, poderá fazê-lo através da rede de Lojas CTT ou para os contactos seguintes:

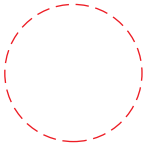
· Linha CTT 707262626 (Horário de funcionamento: Dias úteis e Sábados das 8h às 22h)
· Email: informacao@ctt.pt

13. Vigência
13.1. O pedido de reexpedição é válido pelo período de tempo indicado pelo CLIENTE no Formulário do Pedido de Reexpedição, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 (doze) meses.
13.2. O pedido de reexpedição tem de ser efetuado com 3 (três) dias úteis de antecedência, face à data pretendida para o início da prestação do serviço de reexpedição de correspondência.
13.3. O serviço de reexpedição será prestado relativamente às correspondências que estejam em distribuição no centro de distribuição postal da morada inicial do pedido, desde o primeiro dia até ao último dia do prazo indicado no Formulário do Pedido de Reexpedição.

14. Lei e Foro
14.1. Às presentes Condições Gerais é aplicável a lei portuguesa.
14.2. Para resolução de todos os litígios emergentes do contrato de prestação do serviço de reexpedição, incluindo as referentes à interpretação, integração ou aplicação das presentes Condições Gerais, é competente o foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia de qualquer outro.

15. Disposições Diversas
15.1. Os CTT poderão, sempre que entendam necessário, aditar, alterar ou modificar as presentes Condições Gerais.
15.2. As alterações e/ou aditamentos mencionados no número anterior só produzem efeitos 30 dias após a sua comunicação ao CLIENTE.

O conferente



O Cliente que formula o pedido, deve ser identificado e a sua assinatura reconhecida por processo notarial, ou por qualquer dos processos admitidos pelos CTT (normativo em vigor).
Quando o Pedido respeitar a um agregado familiar, deverá ser assinado por todos os elementos, os quais deverão ser devidamente identificados.
Prazos
O pedido de reexpedição é válido pelo período de tempo indicado pelo Cliente (até 12 meses). No final da sua validade, as correspondências passam a ser entregues na morada nela indicada.